

NOTA CURRICULAR ABREVIADA

Elsa Maria da Silva Matos Ribeiro

Com o nome profissional abreviado de

Elsa Matos Ribeiro

É **Advogada**, inscrita na Ordem dos Advogados desde 1992, após a conclusão do respectivo Estágio, titular da Cédula profissional nº 9644L, **Licenciada em Direito** pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em **1989**.

- **Exercício da Advocacia**, como profissão liberal **desde 1992**, com especial incidência no âmbito do Direito Desportivo, Direito do Trabalho, Laboral Desportivo e Arbitragem Laboral Desportiva, entre outras áreas e ramos do direito.
- Foi **Membro do Gabinete Jurídico do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF)**, de Novembro de 1991 até Outubro de 1999, aí tendo exercido funções como **Advogada e Consultora Jurídica**.
- Foi **Membro da Comissão Arbitral Paritária (CAP) - Tribunal arbitral institucionalizado**, constituído entre o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol e a Liga Portuguesa de Futebol Profissional, para dirimir os conflitos entre clubes/sociedades desportivas e jogadores profissionais de futebol, emergentes do incumprimento de contratos individuais de trabalho desportivo, exercendo as funções de **Árbitro de conflitos** no domínio da **Arbitragem voluntária laboral desportiva**, de Outubro de 1992 até Novembro de 1999, com **exercício da Presidência da Comissão Arbitral Paritária (CAP)** de forma alternada, regular e rotativa, em sistema automático, com os demais elementos da CAP.
- Foi Colaboradora da Revista “O Jogador”, com responsabilidade pela elaboração de um artigo de opinião, em cada número da Revista “O Jogador”, de Julho de 1997 até Outubro de 1999.
- Foi **Membro da Comissão Jurídica do Comité Olímpico de Portugal (COP) para o ciclo 2017-2021** (Comissão Consultiva).
- É **Presidente da actual Comissão Jurídica do Comité Olímpico de Portugal (COP) para o ciclo 2022-2025** (Comissão Consultiva).
- É **Membro associado da Associação Portuguesa de Direito Desportivo (APDD)** – Associada nº 48, praticamente desde o início da sua constituição.
- Foi **Presidente da Comissão Eleitoral** da Associação Portuguesa de Direito Desportivo (APDD) **no ano de 2020** constituída para a Eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2020/2023 da APDD – Associação Portuguesa de Direito Desportivo, cujo processo Eleitoral culminou no acto Eleitoral (Assembleia-Geral Ordinária e Eleitoral) de 15 de Outubro de 2020.

Publicações:

Artigos de opinião

1. Liberdade de imprensa - que limites?

2. Cartões amarelos e vermelhos - eventuais situações de dupla penalização
3. As transferências na ordem interna
4. O Sindicato dos Jogadores
5. A Comissão Arbitral Paritária
6. Retribuição
7. A caducidade do contrato de trabalho desportivo
8. Procedimentos disciplinares
9. Deveres do praticante desportivo
10. Contrato-promessa de trabalho
11. Participação nos treinos – Um direito ou um dever
12. Os 25 de Dezembro
13. Violência no desporto
14. O futebol e a segurança social
15. Regime contributivo dos jogadores profissionais de futebol para a Segurança Social
16. Rescisão com justa causa por iniciativa do jogador
17. Direitos de Imagem
18. Crónica sobre o tema “Dispensa de Treinadores e Jogadores de Futebol” - na rubrica jurídico desportiva do Jornal Record “Qual é o Problema?”
19. Crónica sobre o tema “Comissão Arbitral Paritária” - na rubrica jurídico desportiva do Jornal Record “Qual é o Problema?”
20. Crónica sobre o tema “Período Experimental de Treinadores e Jogadores de Futebol” - na rubrica jurídico desportiva do Jornal Record “Qual é o Problema?”,
21. Crónica sobre o tema “Natureza jurídica dos registos dos contratos de trabalho desportivos dos jogadores de futebol na Liga PFP e na FPF e do registo de Intermediários na FPF”- na rubrica jurídico desportiva do Jornal Record “Qual é o Problema?”
22. Em 2019 participou na obra - Enciclopédia de Direito do Desporto com um artigo/descriptor da sua autoria designado “Comissão Arbitral Paritária (CAP) da Liga Portuguesa de Futebol Profissional e Sindicato JPF”. *In* Enciclopédia de Direito do Desporto, da Editora Gestlegal, com a 1ª Edição publicada em Novembro de 2019, páginas 85 e 86
23. Artigo de Opinião intitulado “Da Arbitragem Voluntária Laboral Desportiva em Portugal: da CAP ao TAD – Que diferenças?” publicado *in Revista/Newsletter Newport, Edição nº 17, Edição de 6 de Maio 2022, págs. 9 a 21.*

Julho 2022

Elsa Matos Ribeiro

[A redacção da presente nota curricular rege-se pela ortografia antiga]